



AS ESTRUTURAS QUE AFETAM O DESEMPENHO E ÊXITO DOS LICENCIANDOS EM QUÍMICA DO IFRJ - CDUC

Beatriz Campelo Felix Silva¹
Milene Paixão Bispo²
Ian dos Santos Costa³
Stephany Petronilho Heidelmann⁴
Maria Celiana Pinheiro Lima⁵

INTRODUÇÃO

As políticas públicas implementadas progressivamente nas últimas décadas são imprescindíveis para o acesso das pessoas que estão situadas na base da pirâmide social da sociedade brasileira. Este fato é evidente, por exemplo, com a Lei nº. 12.711 (BRASIL,2012), que tornou obrigatória a reserva de vagas para pessoas oriundas de escolas públicas, com baixa renda, negros e indígenas em todos os cursos ministrados nas IES Federais. Por certo, há diversas questões que ainda são barreiras para garantir a permanência desses alunos. Portanto, é de suma importância compreender as dificuldades enfrentadas pelos cotistas que se formam para desenvolver estratégias que os auxiliem a alcançar o êxito.

O projeto de pesquisa “A trajetória acadêmica do licenciando em química do IFRJ-CDUC: mapeando vivências e construindo estratégias de permanência”, mapeou os cotistas concluintes do curso de Licenciatura em Química do IFRJ - campus Duque de Caxias. Objetivou-se compreender de qual forma o perfil socioeconômico desses licenciados pode ter interferido no rendimento acadêmico deles durante o curso.

Nesse sentido, foram aplicados aos concluintes do curso um questionário socioeconômico semiestruturado, e foi realizado o recorte dos cotistas.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A partir dos alunos formados no curso de Licenciatura em Química entre 2014.1 e 2021.1, foi feito um recorte do grupo dos que ingressaram por meio das políticas de cotas - ao

¹Licencianda em Química, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ, campus Duque de Caxias, beatrizcampelo2206@gmail.com;

²Licencianda em Química, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ, campus Duque de Caxias, paixaomi02@gmail.com;

³Mestrando do Curso de Ciências e Tecnologia de Polímero do Instituto de Macromoléculas Profa. Eloisa Mano - IMA-UFRJ, iانscosta@ima.ufrj.br;

⁴Doutoranda em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, stephanypheidelmann@gmail.com;

⁵Professora orientadora: Doutora, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ, maria.pinheiro@ifrj.edu.br.



total 75 pessoas mapeadas. Através de questionários socioeconômicos semiestruturados aplicados de maneira presencial e online, foi possível obter os dados presentes na análise.

Contudo, por conseguinte das desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira, e partindo do princípio que esse grupo de cotistas enquadraram-se na base da pirâmide social, foram analisadas as possíveis dificuldades encontradas por esses indivíduos durante a graduação, que impactaram em seu rendimento acadêmico. Em suma, categorizou-se de acordo com o histórico de reprovação, com o objetivo de discutir os fatores determinantes para tal perfil.

REFERENCIAL TEÓRICO

Apesar do acesso ao Ensino Superior para a parcela historicamente estar aumentando consideravelmente, a nãointegração desse grupo no interior e cotidiano das instituições ainda revela traços do passado marcados por desigualdades sociais. Para que a democratização seja na prática implementada é imprescindível não somente garantir o acesso, mas também sua permanência no ambiente acadêmico (SOUZA, 2016). Assim, compreende-se políticas públicas segundo Elenaldo Celso Teixeira:

As políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. [...] São políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

As ações afirmativas são imprescindíveis, porém é necessário que haja uma transformação no viés pedagógico das Instituições de ensino (SANTOS 2014). É de suma importância leis que possam garantir direitos a estes grupos em condições desiguais. Entretanto, são de extrema relevância práticas inclusivas - que auxiliam e facilitam o processo de aprendizagem, com metodologias acessíveis aos grupos desfavorecidos pela sociedade já que as práticas excludentes são condutas adversas à permanência dos alunos favorecidos das ações afirmativas;



É evidente, o capital cultural, dissertado por Bourdieu, como ferramenta integradora dos indivíduos aos ambientes, principalmente acadêmicos. Dessa forma, quando não há a valorização da cultura das classes desfavorecidas, isso contribui para o sentimento de não pertencimento, impulsionando a evasão dessas pessoas. Visto que o capital cultural de um indivíduo está associado à sua hereditariedade, segundo Bourdieu (1997, p. 86),

“Acumulação de capital cultural desde a mais tenra infância – pressuposto de uma apropriação rápida e sem esforço de todo tipo de capacidades úteis – só ocorre sem demora ou perda de tempo, naquelas famílias possuidoras de um capital cultural tão sólido que fazem com que todo o período de socialização seja, ao mesmo tempo, acumulação. Por consequência, a transmissão do capital cultural é, sem dúvida, a mais dissimulada forma de transmissão hereditária de capital.”

Contudo, é possível compreender que aqueles que possuem um maior capital econômico, e, além disso, também carregar um capital social valorizado, pode-se analisar como pessoas que partem de outro lugar - degraus acima dos grupos desprivilegiados. Pois, de acordo com Bourdieu, o capital cultural se manifesta a partir do grau de investimento em seus caminhos durante a educação, ou seja, sua carreira escolar estando ligado ao retorno de uma boa ascensão no mercado de trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O grupo analisado é constituído por 75 cotistas concluintes do curso de Licenciatura em Química do IFRJ - campus Duque de Caxias. A amostra é representada majoritariamente por mulheres negras 37,3% seguido por homens negros 25,3%, enquanto mulheres brancas totalizam 16% e homens brancos 10,6%. Além disso, 60% do total declaram serem advindos de famílias onde a maior formação dos responsáveis era até o ensino médio completo, ou seja, não tiveram contato com um curso de nível superior. Através desta análise superficial, pode-se verificar a desproporcionalidade existente de oportunidades de acesso para os cidadãos com diferenças de poder aquisitivo em diversas esferas, como por exemplo, na educação, cultura, lazer, moradia (Ximenes, Cidade, Nepomuceno, & Leite, 2014).



Observou-se a relação entre os dados sobre participação na vida econômica financeira, dificuldades encontradas durante o curso e histórico de reprovação. De tal maneira, foram analisados os formados que representam esse perfil recorrente, assim sendo 46,7% (35) do total de 75. Nesse sentido, ressaltou-se que todos que informaram ter reprovado em uma ou mais matérias, relataram quase em sua totalidade - 94,3%(33) dificuldade em relação à disciplina e/ou didática do professor, como também 29,2%(12) apontou a situação financeira para a recorrência de reprovações durante o curso.

Considerando esse recorte, tem-se 81,8% (27) dos cotistas sinalizando dificuldade com as disciplinas com as aulas. Desta forma pode-se compreender de que forma a defasagem presente do ensino básico público brasileiro influencia na trajetória acadêmica dos alunos que chegam à graduação com fragilidades formativas dos níveis anteriores de seu percurso escolar (MORAN, 2007). De acordo com os dados é possível observar que os alunos apontam também dificuldade em relação às aulas, portanto, questiona-se até que ponto há uma preocupação nas práticas docentes da instituição em acolher as necessidades formativas daqueles que acessam o seu curso, visando o êxito acadêmico, superando as fragilidades da transição do Ensino Médio a esta nova etapa de escolaridade. De certo, é imprescindível o suporte pedagógico para os discentes através de programas de monitoria, cursos extra com conteúdo básicos e orientação, por exemplo, de maneira a diminuir essa problemática (Pereira, Carneiro, Janes, & Corassa, 2015).

Foi observado também que 30,3% (10) relataram ter dificuldades financeiras durante o curso. Portanto, é de suma importância analisar a maneira em que a situação financeira vai influenciar no rendimento dos alunos, por inúmeras situações, como, por exemplo, como é realizado o deslocamento até a instituição, a possível necessidade de se inserirem no mercado de trabalho durante o curso, o tempo de dedicação aos estudos, entre outras diversas situações reais da vida da população pertencente à base da pirâmide social. Cavalcanti (2015), afirma que não cotistas apresentam rendimento superior aos cotistas, entretanto, é notável apenas nos primeiros períodos da graduação. Em suma, o autor atribui às condições financeiras como possível fator, desse modo defende a importância das políticas assistenciais. Contudo, analisou-se que sem programas que proporcionem suporte financeiro para os alunos se manterem com o básico durante todo o período da graduação, torna-se imprescindível que alcancem a conclusão com o seu potencial máximo, pois as questões socioeconômicas são barreiras para esses indivíduos - que necessitam de ferramentas para irem adiante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Diante das análises, nota-se que as questões sociais influenciam diretamente na trajetória dos alunos cotistas durante o curso de Licenciatura em Química do IFRJ - *campus* Duque de Caxias. Logo, além de garantir o acesso ao ensino superior para a população desprivilegiada, é necessário criar estratégias que auxiliem os discentes a suprir a defasagem do ensino básico, atuando diretamente na diminuição dos índices de retenção relacionados à defasagem do ensino básico. Além disso, faz-se necessário assegurar, por meio de políticas assistenciais, a permanência desses indivíduos nas instituições de nível superior.

Por tanto, é de suma importância acompanhar a trajetória acadêmica após o acesso no ensino superior, especialmente dessas pessoas historicamente excluídas das Universidades e Institutos Federais, de forma a compreender o que as impedem de alcançar o êxito e, nesse sentido, atuar no desenvolvendo estratégias para a permanência e conclusão do curso, oferecendo maiores possibilidades de ascensão social desses indivíduos.

Palavras-chave: Políticas públicas, Inclusão, Cotas, Desempenho acadêmico, Evasão.

AGRADECIMENTOS

*CNPq - pelas bolsas concedidas;

IFRJ - Apoio e financiamento do projeto;

***O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001;*

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Brasília, 2012.

Cavalcanti, I. T. N. (2015). **Existe diferencial de desempenho entre estudantes cotistas e não cotistas? Uma análise da política de cotas na UFBA pelo propensity score matching.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Pereira, A. S.; Carneiro, T. C. J.; Brasil, G. H., & Corassa, M. A. C. (2015). **Fatores relevantes no processo de permanência prolongada de discentes nos cursos de graduação presencial: um estudo na Universidade Federal do Espírito Santo. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 23(89),1015-1039.**



Ximenes, V. M.; Cidade, E. C.; Nepomuceno, B. B.; & Leite, J. F. (2014). **Pesquisa e intervenção a partir da realidade social - Desvelar das implicações psicossociais da pobreza.** In: C. STELLA. (Eds.) *Psicologia Comunitária: contribuições teóricas, encontros e experiências.* Petrópolis: Ed. Vozes.

HERINGER, R & HONORATO, G, 2014. **Políticas de Permanência e assistência no ensino superior público: o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).**In: BARBOSA, M. Ligia (org.) - **Ensino Superior: expansão e democratização.** Rio de Janeiro: 7 Letras, pags. 315-350.

HERINGER, R. R. **Dez anos de ação afirmativa: mapas, balanço, aprendizados.**

Cadernos do GEA: **Ações Afirmativas e Inclusão: um balanço, Rio de Janeiro, p. 5 - 8, 22 nov. 2012** RESKIN, B. *Affirmative Action in Employment.* Washington: American Sociological Association, 1997.

SOUZA, I; D. E., **estudar, ser estudante no Ensino Superior: condições gerais imanentes e contexto socioeconômico cultural das classes populares.** *Revista Labor, Fortaleza, v. 1, n. 16, p. 112-136, 2016.*

TEIXEIRA, E.C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** *Revista Políticas Públicas – AATR-BA, 2002.*

MORAN, J. M. **A Educação que Desejamos.** Campinas: Papyrus, 2007.